



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

## **LEI Nº 3.480 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

*“Autoriza a prorrogação do prazo da concessão de direito real de uso da área de terreno de propriedade municipal específica e dá outras providências.”*

**CARLOS EVANDRO POLLO**, Prefeito Municipal de PEDREIRA, Estado de São Paulo, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar, pelo prazo de 10 (dez) anos, a outorga de Concessão de Uso de Bem Público, nos termos do Artigo 94, parágrafo 1º, da Lei Orgânica do Município, à Claro S/A, empresa concessionária de serviço público, ligada a Comunicações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.432.544/0001-47, para a finalidade exclusiva de manter a Estação Rádio-Base para exploração do serviço de telefonia celular – Banda B, sobre o bem imóvel de sua propriedade, localizado no Morro do Cristo Redentor, que assim se descreve: partindo do marco 1, que se encontra na divisa da área ora descrita com propriedade de isoladores Santana S/A, segue 10,00 metros em linha reta, acompanhando a divisa entre citadas propriedades, até o marco 2, localizado no ponto de confluência entre a área descrita, propriedade de Isoladores Santana S/A e gleba de terra pertencente à TELESP (Telecomunicações de São Paulo S/A); desse ponto deflete à esquerda e segue 20,00 metros em linha reta, acompanhando divisa com essa última proprietária, até o marco 3, na divisa da gleba descrita com propriedade da TELESP; deflete à esquerda, segue 10,00 metros em linha reta, até o marco 4, na divisa desta gleba com remanescente de propriedade da Prefeitura Municipal; deflete à esquerda, segue 20,00 metros em linha reta, ainda na divisa da gleba descrita com remanescente do imóvel, até o marco 1, já mencionado, encerrando o total de 200,00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados).

**Parágrafo Primeiro** - A concessão fica condicionada à obtenção do Alvará de Autorização e do Alvará Sanitário, nos termos da Lei Municipal nº 2.349, de 26 de fevereiro de 2003.

**Parágrafo Segundo** - A título de remuneração pela concessão ora autorizada, a concessionária recolherá mensalmente aos cofres municipais, o pagamento até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, a importância de R\$ 3.275,00 (três mil, duzentos e setenta e cinco reais) em moeda corrente no País.

**Parágrafo Terceiro** - Referida importância será corrigida anualmente, utilizando-se como índice de correção o IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas), ou outro equivalente que venha substituí-lo no caso de sua extinção.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

**Parágrafo Quarto** - Caso haja deflação no índice, o valor da remuneração não sofrerá redução nominal, permanecendo o mesmo valor do último mês imediatamente anterior ao mês de reajuste.

**Art. 2º** Caberá à concessionária responsabilizar-se por todas as Providências necessárias à manutenção dos serviços a que se refere o artigo anterior, ficando a Prefeitura imune a qualquer despesa necessária a tal concretização.

**Art. 3º** Findo o prazo de prorrogação da outorga, o imóvel retornará à posse da Municipalidade, com todas as benfeitorias e melhoramentos nele implantados, salvo a aparelhagem de propriedade da concessionária, sem que a esta caiba nenhuma indenização ou pagamento por parte da Prefeitura pelos seus gastos respectivos.

**Parágrafo único.** O prazo de que trata esta lei poderá se prorrogado por igual período, seguindo-se critérios de conveniência e oportunidade, e, sobretudo, observado o interesse público.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Municipal nº 2.087 de 14 de outubro de 1999 naquilo que dispõe em contrário.

Pedreira, 18 de dezembro de 2014.

**CARLOS EVANDRO POLLO**  
Prefeito Municipal

**LUIZ ANTONIO COZER**  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos